

**I INTERNATIONAL EXPERIENCE  
PERUGIA - ITÁLIA**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM TEMPOS DE CRISE  
AMBIENTAL I**

**SANDRA REGINA MARTINI**

**ANA MARRADES PUIG**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

**Diretor Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

**Representante Discente:** Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

**Comunicação:**

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

**Educação Jurídica**

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

**Eventos:**

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

**Comissão Especial**

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

M943

Mudanças Climáticas Em Tempos De Crise Ambiental I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Ana Marrades Puig, Sandra Regina Martini. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-094-6

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Inteligência Artificial e Sustentabilidade na Era Transnacional

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Mudanças Climáticas. 3. Crise Ambiental. I International Experience Perugia – Itália. (1: 2025 : Perugia, Itália).

CDU: 34



# I INTERNATIONAL EXPERIENCE PERUGIA - ITÁLIA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL I

---

### **Apresentação**

Durante os dois dias de GT forma discutidos temas globais atuais relativos aos impactos das Mudanças Climáticas. Iniciamos com as apresentações das coordenadoras de GT: Ana Marrades (Espanha), Cristiana Angeline (Itália), Sandra Regina Martini (Brasil) e tivemos como convidada a Profa. Claudia Zalazar ( Argentina- pós doutoranda de Sandra Regina Martini).

Os desastres naturais estão aumentando em frequência e intensidade devido às mudanças climáticas, afetando desproporcionalmente as áreas mais vulneráveis do mundo e evidenciando profundas desigualdades em todas as dimensões. O próprio conceito de "desastre natural" é uma simplificação enganosa, pois tende a apresentar esses eventos como fenômenos exclusivamente ambientais, desvinculados das dinâmicas sociais e das desigualdades preexistentes. Na realidade, os desastres ambientais expressam uma complexa interação entre eventos naturais e fatores socioeconômicos que influenciam a capacidade de resiliência das comunidades; ou seja, suas chances de estarem preparadas para o que fazer em casos de eventos extremos, de resistir a eles, de se adaptar às novas situações e de se recuperar de crises agudas. Por isso, as discussões no âmbito do GT partiram da perspectiva de que os desastres não são naturais no sentido de eventos aleatórios e independentes da ação humana, mas um dos resultados de uma complexa dinâmica de intervenções intencionais e desordenadas dos seres humanos, que têm provocado impactos extraordinários na natureza, com efeitos danosos em todos os ecossistemas e atingindo, em extensão e radicalidade inéditas, toda as formas de vida no Planeta.

Nesse contexto, insere-se o conceito de "espiral de vulnerabilidade" (Longo, Lorubbio, 2021): um círculo vicioso em que as comunidades vulneráveis se tornam progressivamente mais expostas aos riscos, sofrendo impactos cada vez maiores a cada evento adverso. Esse ciclo começa com um evento desastroso que provoca danos significativos, reduzindo os recursos disponíveis para a recuperação e levando a um empobrecimento que torna a comunidade ainda mais suscetível a futuros desastres. Cada evento subsequente amplifica ainda mais a vulnerabilidade, aprisionando as comunidades em uma espiral descendente da qual é difícil sair sem intervenções direcionadas que abordem as causas estruturais de sua exposição e falta de resiliência.

As desigualdades sociais e a escassez de recursos tornam essa espiral particularmente crítica. Por exemplo, o impacto das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar ou a maior frequência de eventos extremos, afeta mais intensamente as populações com menores capacidades de adaptação, agravando as disparidades já existentes. Sem políticas públicas de apoio, a espiral de vulnerabilidade continua a se fortalecer, deixando as comunidades expostas a novos riscos com recursos cada vez menores para se protegerem ou se recuperarem.

Essa perspectiva destaca que os desastres ambientais não atingem a todos da mesma forma, mas ampliam situações de marginalização e pobreza já presentes. Os mais afetados são, muitas vezes, aqueles que possuem menos recursos para se adaptar ou se recuperar. Também por isso, definir esses eventos como "naturais" obscurece a responsabilidade das escolhas sociais e políticas na criação das condições de vulnerabilidade, reduzindo as possibilidades de intervenções estruturais destinadas a mitigar os riscos e promover a equidade social. Portanto, as políticas públicas são essenciais para a gestão dos desastres ambientais, especialmente para proteger as comunidades mais vulneráveis e salvaguardar os direitos humanos em um contexto de crescente instabilidade climática. O aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos, como inundações, incêndios e ondas de calor, torna necessária a adoção de estratégias que não se limitem à resposta imediata, mas que promovam resiliência a longo prazo e equidade social.

É, portanto, indispensável projetar políticas preventivas e de resiliência, destinadas a: 1) reduzir a vulnerabilidade das comunidades expostas aos riscos ambientais e 2) criar condições que permitam enfrentar as mudanças climáticas em andamento. Esse processo de prevenção e resiliência deve começar pela implementação de um sistema integrado que una intervenções infraestruturais e sociais, seguindo uma abordagem centrada nos princípios dos direitos humanos e da justiça ambiental. Sendo assim, as políticas devem garantir uma proteção equitativa para todas as comunidades, reduzindo as desigualdades sociais e combatendo a "espiral de vulnerabilidade". Isso exige uma coordenação eficaz entre os diversos níveis de governo, formas efetivas de articulação com as organizações da sociedade civil e com o voluntariado, e um sistema de apoio que responda às necessidades específicas das diferentes comunidades, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas institucionalizadas e grupos minoritários discriminados, entre outros.

Em contextos de elevada vulnerabilidade, é essencial que as políticas públicas promovam a inclusão das comunidades locais nos processos de tomada de decisão, especialmente nas áreas de risco, garantindo uma participação ativa das populações afetadas no planejamento das políticas ambientais com uma perspectiva de empoderamento e resiliência.

Apresentamos um breve relatório dos temas abordados, o texto das referidas professoras está em anexo.

Neste contexto a Profa. Ana Marrades destacou:

- 1- fala da pesquisa sobre causas das mudanças climáticas.
- 2- Impactos das mudanças climáticas e a comunicação da crise.
- 3- Necessidade de uma perspectiva transdisciplinar para a análise do tema.
- 4- Relata o “apagão” na Espanha em 2025.
- 5- Preocupações com a energia nuclear.
- 6- Situação das mulheres com mais de 50 anos na Região de Valencia, com dificuldades de reabrirem seus negócios.
- 7- Trata das pessoas desaparecidas nas inundações de 2025.
- 8- O tema dos idosos e as mudanças climáticas.
- 9- Subsídios para os agricultores.

Estes temas estão aprofundados no texto da referida Professora.

As Profas. Sandra Regina Martini e Claudia Zalazar destacaram:

- 1- O tema Direito à Saúde.
- 2- Os impactos das mudanças climáticas nas mulheres.
- 3- A questão das cuidadoras que estão sempre na “linha de frente” em qualquer emergência.
- 4- Resiliência em saúde, causas do estresse pós traumático após a crise, em especial na saúde mental das mulheres.
- 5- A questão da forte migração.

6- Não existe uma boa capacitação para Mulheres indígenas sobre o cultivo e o manejo do solos.

7- Necessidade de mais mulheres no âmbito do Direito Ambiental.

8- As mulheres do “direito” devem levar este tema mais a sério.

9- Perspectiva de vulnerabilidade.

A Profa Cristiana Angeline destacou:

1- tema da pesquisa mudança climática e direitos humanos.

2. O Contencioso das questões de mudança climáticos.

3. Mitigação.

4. Adaptação e resiliência climática.

5. O cambio climático é antropogênico.

6. No âmbito do Direito Internacional as respostas são limitadas.

7. Papel das cortes internacionais.

8. Obrigações de proteção dos Estados também da vida familiar.

9. A questão do Direito do Mar.

Trabalho 1

**A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS:  
ANÁLISE DO DANO E DO RISCO AMBIENTAL INTOLERÁVEL**

Pontos em destaque:

1-Extrema direita e crise ambiental.

2-Contradições do próprio Capitalismo.

3-avanço da extrema direita no Brasil, neoliberalismo e injustiça climática.

4- Incompatível com a sustentabilidade.

5-Conceito de justiça ambiental.

6- Teoria marxista oferecer instrumentos críticos para a análise do tema.

Trabalho 2:

CESSO A JUSTICA AMBIENTAL E JUSTICA RESTAURATIVA: OS CONFLITOS AMBIENTAIS NAS AREAS DE RESSACA DA CIDADE DE MACAPA, ESTADO DO AMAPA.

Pontos em destaque:

1-Fala sobre a população ribeirinha e a questão dos conflitos.

2-Problemas com o descarte do lixo.

3-Demarcação da posse destas terras,

4-Poluição dos rios.

5-Favelas fluviais.

Trabalho 3

EMERGENCIA CLIMATICA E AGROTOXICOS: RESISTENCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Pontos em destaque:

1-litígios climáticos.

2-o Brasil se destaca como um dos maiores consumidores de agrotóxicos.

3-Colonialismo clínico e climático.

4-Questão da COPI no Brasil.

5-Legislações que reduzem a participação de órgãos de controle.

6-Colonialismo químico – imposição de produtos químicos.

Trabalho 4

Eventos climáticos adversos no Brasil e Itália: as inundações no RS e Emília Romagna

Pontos em destaque:

1-Responsabilidade das empresas na proteção e sustentabilidade.

2- Responsabilidade dos Estados, tema das vulnerabilidades.

Socorristas e o processo de “roubo”, assaltos.

Trabalho 5

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS IMPACTOS NAS CIDADES LITORÂNEAS  
BRASILEIRAS

Pontos em destaque:

1-Plano nacional de mudanças climáticas e leis que regulamentam o tema. 2-

2-Tema em foco o aumento do nível dos oceanos.

3-O papel da inteligência artificial.

Trabalho 6

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MONITORAMENTO AMBIENTAL ; A INTEGRAÇÃO  
ENTRE VISÃO COMPUTACIONAL E MODELOS PREDITIVOS NO  
MONITORAMENTO ARTIFICIAL.

Pontos em destaque:

1-O papel da prevenção, comparação com a medicina.

2 -Necessidade de pesquisa constante.

3-Histórico das políticas de proteção ambiental.

4-Questão da informação.

Trabalho 7

JUSTIÇA CLIMÁTICA: A IMINÊNCIA DO PARECER DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.

Pontos em destaque:

1-Regime internacional de proteção ambiental.

2-Questão da efetividade do Regime de proteção.

4-Importância das ações de governança.

5-Hoje 2500 de judicialização das questões climáticas.

6-questão da vulnerabilidade da população

Trabalho 08

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS E O OS IMPACTOS AMBIENTAIS EXTREMOS NO AMAZONAS

Pontos em destaque:

1-Tema dos refugiados, em especial os refugiados da Venezuela.

2- Problema da subida e baixa constante das águas que sobem e baixam 18 metros. 3-As contradições de ter muita água e a água não é potável.

Trabalho 09

## FÓRUM AMBIENTAL COMO APRIMORAMENTO COMUNICACIONAL DA JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, COM ÊNFASE NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Pontos em destaque:

1-Judicialização da política pública.

2- Mais de 200 processos ambientais no Brasil, 90 são de mudanças climáticas.

3-Críticas e paradoxos da judicialização.

4- Relações com o Acordo de Paris, necessidade de transparência.

Trabalho 10

## SUPREMO “EM CLIMA”: AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O STF

Pontos em destaque:

1-Participação social nas decisões.

2-Por quê o clima chegou no STF.

3- Clima e STF.

Trabalho 11

## VULNERABILIDADE E JUSTIÇA CLIMÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO DE MULHERES EM UM CENÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

Pontos em destaque:

1- Vulnerabilidade.

2- Justiça e clima.

3- Justiça Climática.

4- Falta das mulheres nos lugares de poder.

Trabalho 12-

“FALE NEWS” E ENCHENTES NO RS SOB A PERSPECTIVA DO DANO SOCIAL

Pontos em destaque:

1-Os impactos para todos os que vivem na cidade.

2- O impacto das falsas notícias, não só notícias falsas.

3- As Fake News parte de uma aparência de verdades.

Trabalho 13

FEDERALISMO CLIMÁTICO

Pontos em destaque:

1-Contextualização do tema.

2-Conceito de Federalismo.

3-As inovações do conceito de Federalismo Climático.

Após dois dias de discussões o grupo propõe a reflexão urgente sobre alternativas e o fortalecimento de instituições de garantia de política públicas nacionais e internacionais de proteção para a atual e futura geração no que diz respeito aos efeitos das mudanças climáticas.

# **O PARADOXO DO CONSUMO E A CRISE CLIMÁTICA: UMA PERSPECTIVA ÉTICA E FILOSÓFICA**

## **THE CONSUMPTION PARADOX AND THE CLIMATE CRISIS: AN ETHICAL AND PHILOSOPHICAL PERSPECTIVE**

**Maria Claudia da Silva Antunes De Souza <sup>1</sup>**  
**Josemar Sidinei Soares <sup>2</sup>**

### **Resumo**

Este estudo investiga o paradoxo entre a crescente conscientização sobre a crise climática e a persistência de padrões de consumo insustentáveis. A pesquisa busca compreender por que, mesmo cientes dos impactos ambientais, os indivíduos e as sociedades não conseguem efetivar mudanças significativas. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica e conceitual, articulando teorias filosóficas, sociológicas e psicológicas com dados científicos sobre mudanças climáticas. O estudo explora o papel da sociedade de consumo na intensificação da degradação ambiental e as barreiras psicológicas e estruturais que dificultam a transição para modelos mais sustentáveis. A análise aponta que a ética predominante na modernidade, voltada para o consumo e a satisfação imediata, contribui para a manutenção desse ciclo. Como alternativa, propõe-se um resgate da ética filosófica, vinculando a busca pela felicidade a valores existenciais mais profundos e a uma reconexão ontológica com a Terra. A principal conclusão é que a solução para a crise climática exige não apenas mudanças estruturais e políticas públicas eficazes, mas também uma transformação ética e cultural. A revisão do conceito de felicidade, desvinculando-o do consumo materialista, pode ser um caminho essencial para fomentar um estilo de vida mais sustentável e compatível com a preservação ambiental.

**Palavras-chave:** Consumo, Mudanças climáticas, ética, filosofia, Impactos ambientais

### **Abstract/Resumen/Résumé**

This study investigates the paradox between the growing awareness of the climate crisis and the persistence of unsustainable consumption patterns. The research seeks to understand why, despite being aware of environmental impacts, individuals and societies fail to implement significant changes. The adopted methodology is a bibliographic and conceptual review, articulating philosophical, sociological, and psychological theories with scientific data on climate change. The study explores the role of consumer society in exacerbating

---

<sup>1</sup> Doutora e Mestre em Derecho Ambiental y Sostenibilidad Universidade de Alicante –Espanha. Mestre em Direito – UNIVALI. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica - UNIVALI.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela UFRGS. Mestre em Educação pela UFSM e em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Professor no programa de pós-graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI.

environmental degradation and the psychological and structural barriers that hinder the transition to more sustainable models. The analysis indicates that the predominant modern ethics, focused on consumption and immediate gratification, contributes to maintaining this cycle. As an alternative, the study proposes a revival of philosophical ethics, linking the pursuit of happiness to deeper existential values and an ontological reconnection with the Earth. The main conclusion is that solving the climate crisis requires not only structural changes and effective public policies but also an ethical and cultural transformation. Revising the concept of happiness, detaching it from materialistic consumption, may be an essential path to fostering a more sustainable lifestyle aligned with environmental preservation.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Consumption, Climate change, Ethics, Philosophy, Environmental impacts

## INTRODUÇÃO

Atualmente, afirmar que o mundo se encontra diante de uma crise climática se tornou uma constatação quase trivial, apenas a reiteração de um fato já bastante conhecido em nossa sociedade e que não causa mais grande surpresa ou espanto. Afinal, há pelo menos meio século, desde a realização da emblemática Conferência de Estocolmo, em 1972, esse problema vem ganhando centralidade nos fóruns de debate ao redor do globo, sejam eles de natureza sociopolítica ou acadêmico-científica. Além disso, os efeitos catastróficos das mudanças no clima estão deixando de ser apenas projeções científicas e se tornando uma realidade concreta profundamente *sentida* pela população em geral.

No Brasil, por exemplo, uma pesquisa recente do Datafolha (2024) verificou que 77% dos entrevistados relataram ter passado por algum evento climático extremo nas semanas anteriores à entrevista<sup>1</sup>, principalmente relacionado a altas temperaturas (65%). Especificamente no Rio Grande do Sul, que há pouco tempo enfrentou chuvas e enchentes de proporções históricas, essa média subiu para impressionantes 97%. Além disso, 97% afirmaram perceber as mudanças climáticas de alguma forma em seu cotidiano, 77% acreditam que elas são causadas pelos seres humanos, 67% acreditam que os especialistas não exageram sobre os impactos dessas mudanças, e 52% acreditam que elas são um risco imediato para toda a população do planeta.

Chuvas torrenciais, enchentes, ondas de calor, incêndios florestais, secas e outros graves desastres climáticos vêm ocorrendo com frequência cada vez maior, causando prejuízos materiais e imateriais imensuráveis. E, entre as causas desses fenômenos, precisamos destacar um importante fator comum: a ação humana. O relatório acerca das mudanças climáticas, publicado em 2023, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), é taxativo ao afirmar que essas alterações climáticas extremas são consequência do aquecimento global, que, por sua vez, é um processo que foi drasticamente acelerado por mais de um século de emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes de atividades humanas, tais como utilização ilimitada de energia, uso indiscriminado da terra, estilo de vida, padrões de consumo e produção etc.

---

<sup>1</sup> A pesquisa também destacou que, no ano anterior, a média geral dos atingidos por alguma situação dessa natureza foi ainda maior, chegando a 94% dos entrevistados.

Isso nos coloca diante de uma questão inquietante e que servirá como pano de fundo para este trabalho de pesquisa: por que, mesmo estando cientes da situação dramática em que nos encontramos, não temos conseguido produzir as mudanças necessárias para reverter os cenários sombrios que se anunciam para o futuro da humanidade?

Evidentemente, a resposta para um desafio dessa complexidade não é simples e muito menos monofatorial. Porém, tentaremos demonstrar que, se parte do problema está relacionada com nosso modo de viver e agir, sua solução também passa por uma mudança de ordem *ética*.

Assim, na primeira sessão deste artigo, descreveremos de forma mais detalhada o problema, focando no papel central que os hábitos de consumo humano desempenham no agravamento da crise climática. Na segunda sessão, aprofundaremos os aspectos propriamente éticos envolvidos no fenômeno que podemos chamar de “sociedade de consumo”, especialmente no que identificamos como a fragilidade na formação ética dos indivíduos, o que cria uma espécie de vazio existencial que os leva a perpetuar ciclos de consumo insustentáveis. Por fim, na última sessão, proporemos que é preciso reconectar a existência humana com a ética de natureza *filosófica* – ou seja, baseada também em concepções ontológicas – se quisermos romper esses ciclos prejudiciais à saúde do planeta.

Para desenvolver o presente estudo, utilizamos técnicas de revisão conceitual e bibliográfica, articulando teorias consolidadas com eventos históricos emblemáticos e dados científicos atualizados a fim de estabelecer as devidas correlações lógicas e demonstrar a plausibilidade do argumento central. Essa triangulação de fontes, associadas à uma análise crítica original, seguiu princípios de rigor metodológico descritos por Gil (2019), que enfatiza a importância da contextualização histórica e do cruzamento crítico de evidências em pesquisas teóricas.

A escolha deste tema de pesquisa se justifica pela escalada das consequências causadas pelas mudanças climáticas, que já estão provocando, e tendem a provocar ainda mais, prejuízos materiais e imateriais imensuráveis. Afinal, como afirma Miguel Martí (2019, p. 175), esse provavelmente é o desafio mais sério que deveremos enfrentar, enquanto comunidade global, nos próximos anos. Diante desse cenário crítico, entendemos que uma análise sobre as dimensões éticas, filosóficas e existenciais do problema pode contribuir significativamente com a busca de caminhos para superá-lo, visto que isso só será possível a partir de mudanças profundas nos modos de pensar e

agir dos seres humanos.

## **1 DO ALERTA À AÇÃO: OS DESAFIOS DE COMBATER AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Embora a crise climática seja amplamente reconhecida, diversos estudos apontam que há barreiras psicológicas que dificultam a adoção de comportamentos sustentáveis. Segundo Gifford (2011), um dos principais entraves é o chamado '**dragão da inação**', que se manifesta em formas como a negação, o otimismo ilusório e o sentimento de impotência diante da magnitude do problema. Muitas pessoas acreditam que suas ações individuais são insignificantes frente à complexidade da questão, o que resulta em paralisia comportamental.

O problema climático envolve múltiplos atores – governos, empresas, indivíduos –, e essa multiplicidade gera uma diluição da responsabilidade. Muitos cidadãos esperam que governos e grandes corporações adotem medidas eficazes, enquanto os tomadores de decisão ~~políticos~~ frequentemente hesitam em implementar regulamentações rígidas por medo de represálias econômicas e políticas. Esse dilema pode ser comparado à lógica da “tragédia dos comuns”, descrita por Hardin (1968), na qual indivíduos tendem a explorar recursos compartilhados sem considerar os impactos coletivos, resultando na degradação ambiental.

Além das barreiras psicológicas e políticas, há um forte interesse econômico na manutenção dos padrões atuais de consumo. O sistema capitalista global depende do crescimento contínuo, e qualquer mudança significativa na cultura do consumo representa uma ameaça para grandes setores da economia. A publicidade e o marketing desempenham um papel crucial ao reforçar o desejo de consumir e criar a ilusão de que a felicidade e o sucesso estão atrelados à aquisição de bens materiais (BAUMAN, 2007). Esse ciclo faz com que a lógica do consumo predomine sobre preocupações ambientais e éticas.

A superação da inação frente à crise climática exige não apenas a conscientização individual, mas também transformações estruturais que possibilitem mudança real nos padrões de consumo e produção. Se, por um lado, barreiras psicológicas e econômicas perpetuam a lógica insustentável do consumo, por outro, a ética climática convida à responsabilidade coletiva e à revisão dos valores que sustentam

nossas escolhas. Repensar o consumo não significa apenas reduzir impactos ambientais, mas também questionar um modelo de desenvolvimento baseado na acumulação e no desperdício. Assim, para além da necessidade de políticas públicas eficazes e de compromissos empresariais, torna-se fundamental uma mudança cultural que reoriente nossas noções de bem-estar e progresso, de modo a alinhar a busca por qualidade de vida com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta.

O grande “signo” que representa de forma ampla esse movimento nos dias de hoje são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais foram estabelecidos, em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma “chamada à ação” (*call for action*), ou seja, um apelo para que todos dirijam seus esforços ao enfrentamento desses desafios urgentes. O que se espera, com isso, é que consigamos alcançar as metas de sustentabilidade da Agenda 2030, entre as quais estão aquelas relacionadas à necessidade de tomarmos medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (ODS 13).

Porém, os ODS não são a primeira iniciativa global dessa natureza. Antes deles, já houve também a Agenda 21 e os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), bem como outras tentativas de alertar os agentes sociais e estimular mudanças capazes de frear os processos que estão causando, entre outros problemas, desequilíbrios climáticos graves<sup>2</sup>. Apesar de todos esses anos de debates sobre a questão climática terem promovido avanços importantes, eles ainda estão longe de serem suficientes para nos afastar dos riscos decorrentes dos desequilíbrios que estamos causando. As ações positivas tomadas em prol da estabilidade climática ainda são incapazes de contrabalançar as ações que lhe são prejudiciais.

Isso fica ainda mais evidente quando voltamos nossa atenção para os últimos relatórios, produzidos no âmbito da ONU, a respeito desse tema, os quais apresentam números absolutamente alarmantes. Mesmo com toda a mobilização internacional já mencionada, o que estamos vendo ocorrer de fato é a piora drástica na situação: esses recentes indicadores apontam para uma grande tendência de crescimento nas emissões de GEE e, conseqüentemente, para o aumento do número de ocorrências de eventos climáticos extremos. Tal paradoxo demonstra um grande descompasso entre os movimentos de conscientização e a efetiva adoção das medidas que seriam necessárias para promover mudanças concretas nesse cenário, condenando a agenda climática – pelo

---

<sup>2</sup> Para discussões extensivas e detalhadas sobre as ações internacionais ocorridas em prol da questão ambiental, ver PUIG (2019).

menos até o momento – a um estrondoso fracasso.

É esse descompasso que precisa ser compreendido e ajustado com urgência, para que a sustentabilidade climática não se torne apenas um discurso bonito sem eco na realidade. Naturalmente, a compreensão holística de um paradoxo tão complexo exige análises multidimensionais que podemos dividir, de maneira genérica, no que temos chamado de “viés descendente” (bottom-up) e “viés ascendente” (top-down).

As análises que partem de um viés descendente são as macroestruturais, que buscam examinar fatores sistêmicos envolvidos na questão (políticos, jurídicos, econômicos etc). Já as análises de viés ascendente focam nas dinâmicas individuais e sociais que contribuem para o problema.

Em outras palavras, esses vieses buscam entender qual é o papel que, respectivamente, tanto os sistemas e os agentes sistêmicos (governos, instituições não-governamentais, corporações privadas etc), quanto as pessoas e suas relações sociais desempenham nessa crise, seja de maneira deliberada ou não.

Neste ponto, é importante ressaltar que, na prática, ambas as dimensões estão profundamente interligadas, retroalimentando-se continuamente. Como propõe Elinor Ostrom, respostas eficazes dependem da combinação de múltiplos níveis de ação (local, nacional, global), em que instituições e cidadãos trabalham concomitantemente em arranjos policêntricos.

Dada a complexidade e a natureza mutável dos problemas envolvidos no enfrentamento das mudanças climáticas, soluções “ótimas” para fazer reduções substanciais no nível de GEE emitidos na atmosfera são apenas um sonho. [...] Precisamos reconhecer que não fazer nada até que um tratado global seja negociado maximiza o risco envolvido para todos. Em vez de apenas um esforço global, seria melhor adotar conscientemente uma abordagem policêntrica ao problema das alterações climáticas, a fim de obter benefícios em múltiplas escalas, bem como incentivar experimentação e aprendizado com diversas políticas adotadas em múltiplas escalas. (OSTROM, 2010, p. 555-556)<sup>3</sup>.

A divisão que propusemos acima, portanto, é meramente teórica e serve ao propósito de facilitar a delimitação do escopo de análise diante da enorme complexidade

---

<sup>3</sup> Tradução livre do texto original: “Given the complexity and changing nature of the problems involved in coping with climate change, “optimal” solutions for making substantial reductions in the level of GHGs emitted into the atmosphere are only a dream. [...] We need to recognize that doing nothing until a global treaty is negotiated maximizes the risk involved for everyone. Rather than only a global effort, it would be better to self-consciously adopt a polycentric approach to the problem of climate change in order to gain benefits at multiple scales as well as to encourage experimentation and learning from diverse policies adopted at multiple scales.” (OSTROM, 2010, p. 555-556).

da questão, a qual torna quase impossível abordar todos os seus relevantes aspectos de forma concomitante. Assim, no trabalho em curso, decidimos partir de um viés ascendente para analisar o que se configura como uma das principais causas das mudanças climáticas: nossos padrões de consumo individuais e coletivos.

Esse recorte temático foi escolhido por dois motivos principais, os quais serão explicitados em seguida. O primeiro deles é o profundo impacto que a utilização e a gestão de recursos – intimamente relacionada com a produção de bens para consumo, especialmente com a expansão da classe média global – têm no agravamento da crise climática. Para aprofundar esse ponto, citamos o Panorama Global de Recursos 2024 (p. 12), o qual afirma que esse impacto é frequentemente subestimado nas análises sobre a crise ecológica que nos assola. Porém, o documento é taxativo ao afirmar que não há qualquer esperança de cumprimento dos objetivos estabelecidas nos acordos internacionais se não resolvermos o problema da insustentabilidade de nossos sistemas de produção e consumo.

Os hábitos de consumo contemporâneos, especialmente a alta demanda por itens descartáveis e a obsessão pela novidade ou pela atualização de produtos, geram um ciclo de produção-consumo-descarte absolutamente incompatível com a finitude dos recursos disponíveis e com a saúde do planeta. Além de exigirem um grande consumo energético e intensificarem as emissões de GEE, os processos industriais também geram quantidades enormes de lixo – com os quais ainda não temos meios suficientemente adequados para lidar – e de resíduos poluentes. Outro fator importante a ser considerado nessa equação é o abundante uso do plástico nos produtos consumidos massivamente, pois a produção desse material é dependente de petroquímicos, sendo responsável pela emissão de 1,8 bilhão de toneladas de GEE anualmente (WWF, 2022).

Partindo de um viés descendente, poderíamos apontar alguns fenômenos macroestruturais que afetam essa dinâmica, sendo um deles o crescimento populacional, que inevitavelmente faz aumentar também a demanda por produtos, sejam eles essenciais ou não. Outros fenômenos estão ligados principalmente aos interesses do sistema econômico atual, pois, em uma economia na qual o constante aumento dos lucros ainda é o objetivo principal, é preciso produzir e vender o máximo possível. Para isso, os agentes envolvidos lançam mão de estratégias como a obsolescência programada<sup>4</sup> e a criação artificial do desejo de consumo, especialmente

---

<sup>4</sup> “O dicionário Webster define obsoleto como significando o que está saindo de uso. Para nossos fins, no exame das modernas práticas de venda, devemos aprimorar a situação distinguindo três modos diferentes

através da publicidade e da propaganda<sup>5</sup>.

Porém, ao analisarmos a mesma questão por um viés ascendente, cabe-nos perguntar: por que essas estratégias funcionam? Por que não há resistência, ou recusa, por parte das pessoas, a essa lógica de mercado?

Afinal, não há consumo se não houver consumidor. E esse é o segundo motivo que nos levou a escolher este recorte temático: o papel central que determinados problemas e valores éticos desempenham nessa situação. Pois, os atos de consumo realizados pelos indivíduos estão sempre, quer eles estejam conscientes disso, ou não, ancorados em algum tipo de concepção de mundo ou ideal de vida, que servem como critério para suas decisões.

Diante desse cenário, superar o dilema climático exige mudanças em múltiplas esferas. No nível individual, é preciso questionar os hábitos de consumo e entender que pequenas mudanças podem ter um impacto coletivo significativo. No nível estrutural, políticas públicas eficazes e regulamentações ambientais rigorosas são essenciais para promover mudanças reais. Como aponta Ostrom (2010), enfrentar problemas ambientais globais exige abordagens policêntricas, em que diferentes níveis de ação – local, nacional e internacional – trabalhem simultaneamente para implementar soluções sustentáveis.

De acordo com nossas análises, que serão discutidas a seguir, um dos pontos centrais no problema do consumismo é uma fragilidade na formação ética dos indivíduos, o que cria neles um vazio existencial prontamente preenchido pelo mercado através da oferta de bens materiais. Entendemos que é extremamente necessário compreender as concepções e os vácuos éticos que estão por trás desses hábitos de consumo, tão prejudiciais ao planeta, para que então se possa verificar o que deve ser

---

pelos quais um produto pode tornar-se obsoleto. Pode haver: *Obsolescência de função*. Nesta situação, um produto existente torna-se antiquado quando é introduzido um produto que executa melhor a função. *Obsolescência de qualidade*. Neste caso, quando planejado, um produto quebra-se ou gasta-se em determinado tempo, geralmente não muito longo. *Obsolescência de desejabilidade*. Nesta situação, um produto que ainda está sólido, em termos de qualidade ou performance, torna-se "gasto" em nossa mente porque um aprimoramento de estilo ou outra modificação faz com que fique menos desejável." (PACKARD, p. 51, 1965).

<sup>5</sup> “Como laço social, a propaganda encontra sua eficiência como fiadora do saber do gozo do outro: ela garante esse saber que aliena o outro no fazer e que se repete no ato de consumo. Tudo o que é oferecido pela propaganda aparece envolto pela aura do ‘é isto o que você sempre quis’. Um produto novo exige, assim, um novo saber gozar, ficando aquele que resiste ao consumo taxado com ‘você não sabe o que é bom’. Há sempre a produção de uma justificativa para o consumo: o porquê trocar de carro duas vezes no mesmo ano, o porquê comprar uma terceira televisão, o porquê comprar novas roupas, mesmo com tantas ainda não usadas, o porquê experimentar a nova marca ainda gostando da antiga, o porquê trocar de marido pela quarta vez, o porquê sair com ‘outras’ mulheres, enfim: o porquê do fazer do ‘a mais’, do excesso e da exceção ‘uma regra’.” (RAMOS, 2007, p. 103).

modificado se quisermos construir padrões novos e sustentáveis.

## **2 CONSUMISMO E VAZIO EXISTENCIAL: A CONSTRUÇÃO DA FELICIDADE NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA**

Nas sociedades pós-modernas, o consumo se tornou elemento tão central de nossas vidas que diversos intelectuais acabaram por rotular esse período da história de nossa civilização como “sociedade de consumo” (BARBOSA, 2004, p. 7).

Se tomado em sentido amplo, porém, o fenômeno do consumo, em si, é algo indissociável da própria vida desde sua origem. Humanos, animais e plantas sempre precisaram consumir recursos – comida, água, luz solar, nutrientes, materiais para confecção de abrigos etc – para garantirem sua sobrevivência<sup>6</sup>.

Além dessa dimensão “natural” do consumo, vinculada às necessidades básicas de subsistência, há também um elemento cultural que não é nada novo, pois todas as associações humanas complexas se constituíram, em alguma medida, com base na manipulação de objetos e artefatos com valor simbólico para seus membros. Mesmo atividades simples – como alimentar-se e vestir-se –, pelo modo como eram realizadas, sempre tiveram relevante papel na vida social e nas tradições humanas, sendo determinantes na formação das relações e das instituições sociais de cada época, bem como em suas mudanças ao longo do tempo (BARBOSA, 2024, p. 8-13).

Por que, então, o consumo se tornou um problema tão grave de nossa era, a ponto de ser identificado por muitos como uma espécie de doença do *nosso tempo*? Entre os fatores que possibilitaram, ou efetivamente provocaram essa mudança, podemos destacar um fenômeno histórico especialmente importante devido às profundas implicações que teve, simultaneamente, para o aspecto objetivo e para o aspecto subjetivo desse problema: o surgimento da ciência e da técnica moderna.

O consumo tornou-se um pilar da identidade contemporânea, na qual a felicidade é associada à constante aquisição de bens. Como aponta Bauman (2007), a lógica do consumo é paradoxal: enquanto promete satisfação, perpetua a insatisfação,

---

<sup>6</sup> Se reduzido à forma arquetípica do ciclo metabólico de ingestão, digestão e excreção, o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos. Visto dessa maneira, o fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos — e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos.” (BAUMAN, 2007, p. 37).

pois o desejo nunca se encerra. Lipovetsky (2007) complementa essa visão, destacando que a sociedade do hiperconsumo alimenta uma felicidade efêmera e volátil, impedindo uma realização verdadeira e duradoura.

Do ponto de vista objetivo, os avanços tecnológicos obtidos através da aplicação do conhecimento científico viabilizaram imensos saltos de produção, especialmente após as duas grandes revoluções industriais, tanto pelo aumento das escalas de produção quanto pela diversificação da oferta de produtos. Porém, para se impor, a ciência moderna operou uma ruptura radical com os saberes tradicionais que lhe antecederam, especialmente aqueles vinculados à religião e à filosofia (pelo menos, no que toca a reflexões de ordem ontológico-metafísica). Essa ruptura teve um impacto desastroso na dimensão subjetiva de nossa existência, como afirma Michel Henry (2012, p. 22),

Assistimos, desde o início da Era Moderna, a um desenvolvimento sem precedente de saberes que formam "a ciência" e, aliás, fazem grande questão de reivindicar esse título. Por isso se entende um conhecimento rigoroso, objetivo, incontestável, verdadeiro. De todas as formas aproximativas ou mesmo duvidosas de conhecimento, ou de crenças, ou de superstições, que a haviam precedido, esta se distingue pela força de suas evidências e demonstrações, de suas "provas", ao mesmo tempo que pelos resultados extraordinários aos quais chegou e que transformaram a face da Terra. Essa transformação, infelizmente, é também a do homem. Se o conhecimento cada vez mais abrangente do universo é incontestavelmente um bem, por que ele caminha ao lado da destruição de todos os outros valores, destruição tão grave que coloca em xeque nossa própria existência? [...] Pois é a própria vida que é atingida, são todos os seus valores que tremem, e não só a estética, mas também a ética, o sagrado – e, com eles a possibilidade de viver o dia a dia.

Na tentativa de construir um conhecimento claro e objetivo, a ciência moderna operou a *matematização* do mundo, voltando-se apenas para os aspectos quantitativos e mensuráveis da realidade. Esse movimento, por si só, não seria um problema, porém, ao longo da modernidade, consolidou-se a noção de que não há qualquer modalidade válida de conhecimento além do científico assim compreendido. Portanto, na ânsia de “exorcizar o saber de todo ranço metafísico” (SEVERINO, 2010, p. 481), que considerava como mera *superstição*<sup>7</sup>, a ciência criou um vácuo em um ponto central que

---

<sup>7</sup>“O esclarecimento, porém, reconheceu as antigas potências no legado platônico e aristotélico da metafísica e instaurou um processo contra a pretensão de verdade dos universais, acusando-a de superstição. Na autoridade dos conceitos universais ele crê enxergar ainda o medo pelos demônios, cujas imagens eram o meio de que se serviam os homens, no ritual mágico, para tentar influenciar a natureza. Doravante, a matéria deve ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas ou imanentes, sem a ilusão de qualidades ocultas. O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 21).

norteia qualquer ação humana: a concepção de *felicidade*.

A relevância dessa concepção para a humanidade, como afirmou o filósofo Aristóteles (*Eth. Nic. I, Cap 7, 1097a-1097b*), reside no fato de que todas as nossas decisões e ações orientam-se para um certo fim, que é algo que compreendemos também como um bem. E o fim último de qualquer ação humana, ao qual todos os outros fins se subordinam, é a *felicidade*. Assim, a felicidade parece ser o bem supremo que orienta qualquer conduta ética, pois nós a escolhemos sempre “por causa dela mesma e nunca em vista de outro fim para além dela”. Mesmo outros fins nobres, como a honra e a excelência, são almejados pois supomos que, uma vez obtidos, nos trarão felicidade.

Ainda que possamos discordar da visão aristotélica sobre *o que é a felicidade* – que não discutiremos nesse momento, por não ser diretamente relevante para o desenvolvimento de nosso argumento – parece difícil discordar que ela seja o fim que todos nós buscamos: qual ser humano não deseja ter uma vida feliz? Nesse ponto, é preciso lembrar que felicidade e alegria/euforia não se confundem. É possível, por exemplo, que alguém tenha um senso de satisfação e felicidade mesmo em situações nas quais sinta dor ou tristeza, como quando fazemos um sacrifício em nome de algo, ou de alguém, que consideramos importante.

Diante dessa constatação, fica evidente a relação entre a prevalência cultural do saber científico e a radicalização do consumismo. Na mesma medida em que é incapaz de oferecer qualquer resposta profunda (ou quaisquer respostas) aos dilemas fundamentais da condição humana – como o questionamento sobre a natureza da felicidade e da vida boa, que passa também por reflexões acerca do sentido da existência e da legitimidade de escolhas livres<sup>8</sup> – a ciência é extremamente eficiente na produção de artigos capazes de oferecer algum tipo de prazer e satisfação imediatos.

Assim, naturalmente, aquele vácuo ético-existencial mencionado acima torna os indivíduos formados dentro dessa cultura suscetíveis às estratégias de manipulação de um sistema econômico orientado para o crescimento contínuo, no qual a geração de lucro e riqueza depende da expansão da atividade comercial (SOARES & SOUZA,

---

<sup>8</sup> “Ela [a ciência moderna] exclui de um modo inicial justamente as questões que, para os homens nos nossos desafortunados tempos, abandonados às mais fatídicas revoluções, são as questões prementes: as questões acerca do sentido ou ausência de sentido de toda esta existência humana. Não exigem elas, na sua universalidade e necessidade para todos os homens, um estudo universal e a sua resposta também a partir de uma inteligência racional? Tais questões dizem respeito, afinal, ao homem, como alguém que se decide livremente na sua relação com o mundo circundante humano e extra-humano, enquanto livre nas suas possibilidades de se configurar racionalmente, a si e ao seu mundo circundante. Que tem a dizer a ciência sobre a razão e a não razão, que tem ela a dizer sobre nós, homens, enquanto sujeitos desta liberdade? A mera ciência dos corpos obviamente nada, pois abstrai de tudo o que é subjetivo” (HUSSERL, 2012, p. 3).

2018, p. 304-305).

Consumo e felicidade associam-se quando a cultura industrial mostra, em suas produções (novelas, filmes, propagandas, videoclipes), personagens realizados porque adquiriram algum objeto material. A realização plena está condicionada a ter algo que se torna também espiritualmente necessário. Ter a roupa da última moda, o modelo mais novo do carro, o cartão de crédito ilimitado, fazer a viagem ao destino mais procurado, ir à festa mais esperada, adquirir o celular e o computador pessoal mais avançados representa muito mais do que prestígio, riqueza e poder. Significam objetos através dos quais se podem alcançar os modelos de felicidade. [...] A publicidade, através das propagandas e das notícias publicitárias, realiza uma relação sutil e indireta entre o consumo, o prazer e a felicidade. Não se promete alcançar coisa alguma através dos produtos – porque até mesmo se poderia caracterizar como delito de propaganda enganosa –, mas se mostra que pessoas que alcançaram a realização e satisfação plena quando consomem ou simplesmente são felizes (independente de qualquer relação com o consumo) no momento que estão consumindo. (COSTA FILHO, 2007, p. 1-4).

Em outras palavras, por falta de alternativa melhor, a sociedade moderna encontrou no consumo a resposta para a questão da busca pela felicidade e quais são os meios adequados para alcançá-la. E, como o crescimento econômico não pode parar, nem a felicidade pode ficar estagnada em sua *versão antiga e obsoleta*, a marcha desenfreada do progresso tecnológico vai desenhando seu curso trágico.

Podemos caracterizar sociedade de consumo, em primeiro lugar, através do “desejo socialmente expandido da aquisição ‘do supérfluo’, do excedente, do luxo”. Sua principal marca é a insaciabilidade, ou seja, “uma necessidade preliminarmente satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota, num continuum onde o final do ato consumista é o próprio desejo de consumo” (RETONDAR, 2008, p. 138).

Diante desse cenário, romper com o ciclo da insatisfação consumista exige uma revisão profunda dos valores que orientam nossas escolhas. O consumismo prospera ao oferecer respostas imediatas para inquietações existenciais, mas, como apontam Frankl (2008) e Fromm (1976), essa solução fácil apenas aprofunda a alienação e o distanciamento da verdadeira realização humana. Portanto, torna-se imprescindível um resgate ético e filosófico que permita redefinir a concepção de felicidade, deslocando-a da acumulação de bens para uma experiência de vida mais significativa. Apenas a partir dessa transformação será possível reorientar nossa conduta e adotar padrões de consumo mais sustentáveis, compatíveis tanto com a saúde do planeta quanto com uma existência mais plena e consciente.

### 3. PARA ALÉM DO CONSUMO: A ÉTICA FILOSÓFICA E A RECONEXÃO COM O PLANETA

Antes de prosseguirmos com nossas reflexões, é importante fazermos alguns esclarecimentos acerca da concepção de “ética” que vimos adotando. Afinal, esse termo tem sido amplamente utilizado em nossas culturas pelo menos desde a antiguidade clássica, tanto como elemento “cotidiano” de nossas vidas quanto em investigações desenvolvidas por pensadores de diversas áreas. Naturalmente, ao longo de um debate que dura mais de dois mil anos, a delimitação desse conceito sofreu diversas transformações, passando, assim, a abranger uma grande variedade de significações possíveis e nem sempre concordantes entre si.

Por mais interessantes e significativas que sejam as discussões acerca dos significados etimológicos e históricos do termo, infelizmente elas ultrapassam o escopo e os limites desse trabalho. Pois, além das diversas divergências existentes entre seus usos no senso comum, uma análise conceitual profunda exigiria também exame detalhado sobre as possíveis diferenças implicadas nas duas formas de grafias utilizadas para escrevê-la no mundo grego, além de exigir uma reflexão acerca do problema da distinção entre os termos ética e moral, que por vezes são tratados como sinônimos e por vezes como fenômenos distintos.

Para fins de clareza e simplicidade, no âmbito do presente trabalho, nós estivemos utilizando a palavra “ética” de forma bastante ampla, referindo-nos a tudo aquilo que, de alguma forma, pertence à esfera do agir humano. Porém, tendo em vista as considerações feitas na sessão anterior, de agora em diante nós passaremos a investigar uma distinção entre o que chamaremos de *ética instrumental*, aquela que tem orientado o agir humano desde o advento da Modernidade, e a *ética filosófica*, que o havia orientado até então e que acreditamos ser necessário resgatar.

O ponto de partida desta reflexão é aquela “estrutura teleológica” da *práxis* humana identificada por Aristóteles, e já mencionada anteriormente, especialmente com relação à sua finalidade última. Partimos, então, do pressuposto de que toda ação é realizada com vistas a um fim que é considerado bom para quem age.

Até mesmo ações tão simples quanto beber um copo de água estão permeadas por essa estrutura: ao escolher fazer isso, uma pessoa pode estar visando, por exemplo, matar sua sede ou refrescar-se em um dia quente. Dessa forma, ações que parecem desagradáveis em um primeiro momento, como beber água quando não se está com sede

nem vontade, ainda fazem sentido diante da consideração de um fim maior, como hidratar nosso corpo por entendermos que isso faz bem à saúde. Seria difícil imaginar que alguém escolheria beber água se não visse *nenhum* benefício nesse ato. Portanto, se nosso agir é teleológico, são aqueles fins que se constituem como bem a ser buscado através da ação que irão determinar nossos hábitos ou padrões de conduta.

Além disso, também é difícil encontrar elementos para contra-argumentar a proposição de que todo o ser humano busca a felicidade, ou algo como uma “vida boa”. Nós nascemos nesse mundo e agora precisamos desenvolver nossa vida aqui, construindo nossa existência com base em nossas escolhas e atos. É simplesmente ilógico supor que alguém escolheria deliberadamente ter uma vida ruim, ou que, diante da certeza de uma consequência ruim para si mesmo, agisse de modo nocivo, com exceção daquelas pessoas acometidas por patologias, como a depressão, que podem levar a um processo de autodestruição “consciente” (como o autoflagelo, a automutilação e até mesmo o suicídio). Por isso, segundo a teoria aristotélica,

O Humano está assim lançado para a felicidade. Motivado por ela. Para Aristóteles, estar lançado para a felicidade caracteriza essencialmente a existência humana. É por termos um conhecimento deste projeto que nos está dado em mãos que percebemos também estarmos afastados dele ou termos já desistido de ir no seu encalço. Se «ser feliz» é o projeto fundamental da vida humana, é também uma possibilidade sua. Jamais poderá esquecer-se de que tem essa possibilidade. Nesse sentido, a felicidade é o fim, *télos*. O fim enquanto *télos* não quer dizer a derradeira coisa a acontecer. *Télos* significa o que é perfeito, isto é, aquilo ao qual nada falta para ser. O Humano existe, assim, por se cumprir enquanto não for feliz. (CAIEIRO, 2009, p. XIV).

Isso é tão verdadeiro que, como vimos anteriormente, os sistemas que se beneficiam com a cultura consumista utilizam a associação entre *consumo* e *felicidade* para garantir que as pessoas sigam agindo dentro desse padrão. Mas, se a estrutura teleológica e a busca pela felicidade são elementos comuns entre os dois “tipos” de ética mencionado acima, o que as difere?

Como pontuou Henrique de Lima Vaz (1999, p. 18-25) nas concepções éticas pré-modernas – aquelas oriundas da filosofia ou da teologia – a felicidade se vinculava aos “mais altos conceitos aos quais se elevava a Razão, como o Fim, o Bem e o Ser”. Ou seja, nossas aspirações éticas estavam indissociavelmente ligadas a categorias metafísicas. Porém, como já vimos, o pensamento moderno se desenvolveu sobre o conhecimento científico, que produziu uma negação dessas categorias. Para a ciência, “essas categorias tinham ficado para trás como *idola theatri* da antiga metafísica e já

eram, em sua época, monumentos de entidades e potências de um passado pré-histórico” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 21).

Assim, com a rejeição do “finalismo do Bem” e a prevalência da razão instrumental, a evolução da ética antiga para a ética moderna se deu pelo abandono de sua especificidade filosófica. A partir de então, para a ética, a satisfação das necessidades individuais se tornou o único sentido inteligível para as atividades humanas (LIMA VAZ, 1999, p. 23). Consequentemente, nossa felicidade se dissociou de qualquer valor superior e passou a estar vinculada a prazeres imediatos, de natureza majoritariamente individualista e hedonista.

Instaurou-se, assim, a predominância de uma lógica de curto prazo em nossas decisões individuais e coletivas que ajuda a compreender, em parte, a inação diante dos problemas climáticos já mencionados anteriormente. Afinal, os impactos mais severos das mudanças climáticas parecem distantes no tempo, enquanto os benefícios do consumo são imediatos. Esse “desconto hiperbólico”, conceito da psicologia comportamental, leva-nos a valorizar recompensas presentes – conforto, conveniência, status – em detrimento de benefícios futuros, tais como um planeta habitável para as próximas gerações (FREDERICK, LOEWENSTEIN & O'DONOGHUE, 2002).

Por esse motivo, em primeiro lugar, entendemos que um novo paradigma ético capaz de orientar nosso agir em direção à sustentabilidade ambiental e à estabilidade climática deva ser necessariamente *filosófico*, pois exigirá o reestabelecimento da conexão entre as dimensões da ética e da metafísica. Somente pessoas que possuam aspirações existenciais atreladas a uma concepção de felicidade que transcenda a posse de bens materiais estarão efetivamente predispostas a abrir mão de prazeres momentâneos em nome de um valor existencial transcendente.

Mas, em um segundo momento, naturalmente surge a pergunta: qual seria esse “novo” valor superior, essa nova finalidade metafísica cuja busca seria capaz de nos trazer uma satisfação desvinculada do consumo, encaminhando-nos para a felicidade e para a realização de natureza espiritual e não material?

Devido às restrições desse trabalho, não será possível desenvolver essa resposta com a riqueza de detalhes que gostaríamos e que ela certamente exige. Essa tarefa será levada à cabo em pesquisas futuras. Porém, esboçaremos a seguir seus contornos mais gerais.

Segundo Antônio Meneghetti (2011, p. 286-287), aquilo que conecta nossas existências individuais com a totalidade do Ser se expõe como fenomenologia “em ato de

húmus terrestre”. Por isso, devemos nutrir concretamente a nossa “primeira raiz”, que é a Terra. É preciso que aprendamos a viver a vida enquanto *humanos* no seu sentido mais primordial: aqueles que vêm do *humus*, da *terra*, dessa *placenta* que sustenta nossa existência.

Pensar a existência humana sem pensar sua conexão intrínseca com a Terra, ou seja, sem considerá-la como projeto maior no qual estamos inseridos, já é um desvio derivado da incompreensão acerca de nossa constituição *ontológica*. Estamos tão imersos nas construções “artificiais” de nossa civilização – tais como a cultura, a política, a economia, as relações de poder etc – que nos tornamos incapazes, enquanto indivíduos e enquanto sociedade, de enxergar o valor e de desfrutar do bem-estar físico e emocional proporcionados pelo contato com o mundo da Vida, com a Terra, bem como de conciliar essas duas esferas de modo saudável.

Essa alienação não só nos priva de uma fonte de satisfação *vital*, como enfraquece o interesse coletivo pela conservação ambiental, uma vez que o distanciamento da natureza diminui a percepção de sua relevância.

Substancialmente, antes de fazer transcendências espiritualísticas, é necessário saber objetivar-se e presenciar-se, saber ser o sagaz dono de casa, o olímpico "servo" contribuinte do nosso lugar de vida, que contemporaneamente é um ponto de responsabilidade: é um lugar de trabalho, mas também de paraíso. Deve-se compreender a alma desse globo, entrar nesse sentido de interação pânica com a Terra. Não se pode dar o salto: devemos antes realizar a mediação, a interação consciente com a natureza. Continuamente nós estamos nessa osmose, isto é, vivemos dessa energia do planeta Terra; constantemente estamos nessa eco-biologia onde uma interage na outra. E é prazer, é conforto. Ao mesmo tempo, essa terra nos ensina como sermos responsáveis, portanto, como saber amar e abolir todas as formas também das constelações psíquicas. Do momento em que estamos sobre este planeta, é interesse de todos melhorá-lo, porque em tal modo melhoramos a nós mesmos, isto é, é um jogo síncrono. É importante compreender a materialidade materna desse útero aberto que dá a plenitude, seja a mim indivíduo, seja a quem coexiste, porque todos somos conviventes deste planeta [...]. (MENEGETTI, 2017, p. 19).

Vittorio Hösle (2019, p. 94), em sua análise filosófica sobre a crise climática, chega a uma conclusão parecida. Por isso, ele afirma ousadamente que “[...] ensinar aos seres humanos a sentir novamente a beleza da natureza é, em termos de motivação psicológica, mais importante que mostrar a eles o mal moral da destruição do meio ambiente”. É premente que consigamos atrelar nossa visão acerca do que é uma “vida boa” a essa conexão ontológica com a Terra.

Segundo Viktor Frankl (2008), a busca incessante por bens materiais reflete um vazio de sentido que caracteriza a sociedade contemporânea. Privados de uma orientação

existencial mais profunda, muitos indivíduos tentam preencher essa lacuna por meio do consumo, na ilusão de que a posse de objetos lhes trará realização duradoura. Erich Fromm (1976) complementa essa visão ao afirmar que a cultura moderna prioriza o “ter” em detrimento do “ser”, induzindo as pessoas a uma lógica materialista que as afasta de uma construção autêntica de identidade e propósito.

Se formos capazes de nos compreendermos e de nos identificarmos como filhos da Vida, ou filhos da Terra, em sentido propriamente metafísico, também criaremos com ela um vínculo de responsabilidade ética. Isso nos permitirá encontrar a felicidade tanto nos atos de fruição quanto nos atos de manutenção da Vida, entendida como um fenômeno ~~intimamente~~ intimamente intrinsecamente ligado com este planeta, ou seja, propriamente *terrestre*.

Nesse ponto, é importante ressaltar que o valor fundamental da Vida não está atrelado à mera subsistência de nossa espécie ou de qualquer outro organismo vivo, mas em sua apreensão como fenômeno sublime por si mesmo, em todas as possibilidades magníficas que oferece aos seus “filhos”. Quanto mais soubermos viver essas possibilidades, essa *experiência terrestre*, mais profunda e significativa será nossa existência *humana*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou contribuir para o debate sobre as mudanças climáticas por meio da investigação de um dos fatores centrais que explicam o descompasso entre os movimentos de conscientização, que ocorrem há décadas no cenário internacional, e a incapacidade de produzir respostas efetivas para o problema: a ausência de um paradigma ético capaz de orientar a atividade humana de forma compatível com a saúde ecológica do planeta.

Nossas análises evidenciaram que, na modernidade, a concepção de felicidade e de “vida boa” – ponto fundamental de qualquer sistema ético – foi atrelada à satisfação de prazeres imediatos por meio da aquisição de bens e serviços, criando padrões de consumo sustentados por um ciclo de produção altamente prejudicial ao meio ambiente, especialmente devido aos altos índices de emissão de gases de efeito estufa (GEE).

Diante dessa constatação, destacamos a urgência de substituir a ética instrumental moderna por uma ética filosófica capaz de resgatar reflexões metafísicas que, até a Idade Média, vinculavam a felicidade a valores transcendentais, conferindo um sentido superior à existência humana, para além de interesses imediatistas e individualistas.

Argumentamos que a solução para a crise climática passa, em grande medida, pela revisão e pelo resgate do nexó ontológico entre a humanidade e o planeta que habitamos, correlacionando o sentido de nossa existência à preservação da Terra e da Vida.

Reconhecemos que essa investigação teórica inicial não esgota a complexidade do tema. Estudos futuros deverão aprofundar questões conceituais e práticas relacionadas a esse novo paradigma que, aqui, apenas esboçamos de forma preliminar. A crise climática exige, além de inovações tecnológicas, uma revolução que reposicione a humanidade não como senhora, mas como guardiã da teia da vida, integrando aspirações individuais a uma ética de corresponsabilidade planetária.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad.: António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad.: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar. 2007.

CAIEIRO, A. C. **Apresentação**. In: ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad.: António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

COSTA FILHO, I. C. Propaganda, Felicidade e Consumo. **Revista Lectura**, Fortaleza, n. 3, p. 45-60, 2005. Disponível em: <<https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/costa-filho-ismar-propaganda-felicidade-consumo.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DATAFOLHA. **Percepção sobre mudanças climáticas no Brasil**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/07/97-dos-brasileiros-percebem-mudancas-climaticas-no-dia-a-dia-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GIFFORD, R. Dragons of inaction: Psychological barriers that limit climate change mitigation and adaptation. **American Psychologist**, v. 66, n. 4, p. 290-302, 2011. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0023566>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- FRANKL, V. E. **Em Busca de Sentido: Um Psicólogo no Campo de Concentração**. São Paulo: Vozes, 2008.
- FROMM, Erich. **Ter ou Ser?** Rio de Janeiro: Guanabara, 1976.
- FREDERICK, S., LOEWENSTEIN, G., & O'DONOGHUE, T. Time discounting and time preference: A critical review. **Journal of Economic Literature**, v. 40, n. 2, p. 351-401, jun., 2002. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/002205102320161311>>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, dez., 1968. Disponível em: <[https://pages.mtu.edu/~asmayer/rural\\_sustain/governance/Hardin%201968.pdf](https://pages.mtu.edu/~asmayer/rural_sustain/governance/Hardin%201968.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- HENRY, M. **A barbárie**. São Paulo: Realizações Editora, 2012.
- HÖSLE, V. **Filosofia da crise ecológica: conferências moscovitas**. Trad.: Gabriel Assumpção. São Paulo: Liber Ars, 2019.
- HUSSERL, Edmund. **A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica**. Trad.: Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Sexto Relatório de Avaliação: Relatório Síntese**. Genebra, 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/synthesis-report/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- VAZ, H. C. L. **Introdução à ética filosófica**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a Sociedade do Hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARTÍ, M. C. A. **Ecoética: um novo paradigma para proteger os ecossistemas**. Madrid: Editorial Tébar Flores, 2019.
- MENEGHETTI, A. **O projeto homem**. 3. ed. Trad. e rev.: Claudia Montenegro e Gabriela Rockenbach. Recanto do Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011.
- MENEGHETTI, A; **Antonio Meneghetti sobre... Projeto Terra**. Recanto do Maestro: Fundação Antônio Meneghetti, 2017.

OSTROM, E. Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. **Global Environmental Change**, v. 20, n. 4, p. 550-557, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378010000634>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PACKARD, V. **A estratégia do desperdício**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1965.

PUIG, A. A. **El desarrollo sostenible: el derecho en la búsqueda del equilibrio**. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2019.

RAMOS, C. Imperativo de gozo e propaganda no laço social da sociedade de consumo. **Mental**, Barbacena, v. 5, n. 9, p. 101-116, 2007. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272007000200007>>. Acesso em: 23 fev. 2025.

RETONDAR, A. M. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como 'contexto social' de produção de subjetividades. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 165-191, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/nvqttKf4ZsZ5zy6ss9V8C7r/?lang=pt>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SEVERINO, A. J. **Questões epistemológicas da pesquisa educacional**. Revista Educação Pública, Cuiabá, v. 19, n. 41, p. 479-496, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v19n41/v19n41a06.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SOUZA, M. S. A.; SOARES, J. S. Sociedade de consumo e o consumismo: implicações existenciais na dimensão da sustentabilidade. **Revista Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 303-318, ago/dez, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/815>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Bend the Trend: Pathways to a liveable planet as resource use spikes**. Washington, D.C., 2023. Disponível em: <<https://www.wri.org/research/bend-the-trend>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **Relatório Planeta Vivo 2022: Construindo uma sociedade positiva para a natureza**. Gland, Suíça, 2022. Disponível em: <<https://www.worldwildlife.org/publications/living-planet-report-2022>>. Acesso em: 25 fev. 2025.